

1.5 - Referências Bibliográficas

- CASTILHO, Carlos Aparecido. *Levantamento do Potencial Turístico de Pilar de Goiás-Goiás*. Prefeitura Municipal de Pilar, Secretaria de Cultura e Turismo, 2001.
- DUBUGRAS, Elvin Mackay. *Notas Sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás*. Universidade de Brasília, Instituto Central de Arte. Janeiro de 1965.
- PALACIN, Luis. *O Século do Ouro em Goiás: 1722 – 1822: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas*. Goiânia, Editora: UCG, 1994.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: Um tempo, Um carisma, Uma historia*. Goiânia. Cegraf/UFG, 1990.
- JUNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora: Brasiliense, 2004.
- MELLO E SOUZA, Laura de. A Sociedade Brasileira e a Historiografia Colonial. In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Editora: Contexto, 2005. pp. 17 – 38.
- LAIMA, Mesgravis. A Sociedade Brasileira e a Historiografia Colonial. In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Editora: Contexto, 2005. pp. 39 – 56.
- PEREIRA, Selon Venâncio. *Modalidade: Pilar de Goiás – Seu Potencial Turístico*. Goiânia: 2008. Trabalho Conclusão de Curso (Graduação em Adm. Geral, Faculdade Lions, Goiânia – GO).
- MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificado do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro. Editora: Graal, 2004.
- CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da Construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.
- ORIÁ, Ricardo. *Memória e Ensino de História*. Goiânia Ed. 1º, 2002.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado. “História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades”. In: *Revista da associação brasileira de História Oral*. Volume 06, número 6, São Paulo: 2003, pp. 09 – 25.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

Praça das Mães e Praça da Cavalhada: A Praça das Mães foi construída em homenagem a todas as mães de Pilar, as negras e as brancas, já a da cavalhada foi construída em comemoração a 150 anos de cavalhadas.

1.4 - Considerações Finais

Ao iniciarmos a pesquisa desse trabalho, tínhamos como meta sanar nossa intrigante dúvida: porque Pilar de Goiás, com tantos pontos turísticos, tantas obras do período colonial, não são preservadas nem valorizadas como se deve? São muitos os prédios que ruíram ou ameaçam ruir levando consigo vários séculos de história. Vimos que muitas cidades como Pirenópolis, Goiás Velho, entre outras, são bastante conhecidas e visitadas, enquanto que, Pilar de Goiás, muitas pessoas do nosso próprio Estado nunca ouviram falar.

Logo, chegamos à conclusão de que os políticos e a própria população estão preocupados apenas com o novo. Não se importam em preservar e divulgar esse passado. A administração municipal, em parceria com o governo do Estado, deveria implantar metas de incentivo ao turismo, despertando o interesse nas pessoas pela história de Pilar, como propagandas em rádio e televisão, por exemplo. Além disso, criar uma equipe de guias, pagos pelo município, para que fiquem à disposição dos visitantes que queiram conhecer melhor a história da cidade, contribuindo assim para o entendimento da vida e da cultura dessa sociedade. Pilar, além de mostrar grandes obras barrocas do período colonial, tem lindas cachoeiras para serem visitadas.

santíssimo sacramento, apresentações culturais, procissões, queima de fogos e animações artísticas. Na mesma festa, temos as tradições culturais como: cavalhadas, desfile estudantil e cavalgada ecológica.

Igreja Nossa Senhora das Mercês: Edificada na época do Brasil colonial pela irmandade dos mercedários. É caracterizada por paredes largas feitas de barro e pedra. Ao seu lado ergueram uma forca, hoje restando apenas a carretilha. A igreja Nossa Senhora das Mercês foi restaurada em 1993 com recursos do governo estadual. Detalhes da pintura original foram perdidos com a reforma do prédio. Todo ano é celebrada a festa da igreja no dia 24 de setembro em louvor à Nossa Senhora das Mercês, com novenas, missas, matinas, queima de fogos, levantamento de mastro e procissão do andor. Era a padroeira dos escravos.

Os sinos: São três os sinos que ficam expostos no campanário ao lado da igreja matriz Nossa Senhora do Pilar. Seus sons se propagam a vários quilômetros de distância. O maior pesa novecentos quilos (900 kg) e os outros cerca de duzentos quilos (200 Kg) cada. Nos sinos encontram-se as seguintes inscrições do fabricante: “1785 Manoel Cotrin OFEN-VERBUM CORUM FACTUM”. Segundo relatos, o sino foi uma promessa de Cotrin à Nossa Senhora do Pilar, para que ela o ajudasse a levar água até suas minas. Então, ele mandaria fundir sinos de ouro, prata e bronze e doaria à igreja.

Casa da Câmara e Cadeia: Construída no período colonial, é caracterizada por paredes bastante largas, também de barro e pedras, armadas por vigas de madeira com mais ou menos um metro e meio de largura. É considerada pelo IPHAN como a menor Casa de Cadeia do Brasil. Era o local de trabalho do intendente, funcionário da Coroa portuguesa, que exercia os serviços de cobrador de impostos auríferos.

Casa da Princesa: A construção é da metade do século XVIII. Uma das mais belas construções da cidade na época do Brasil colonial. É considerado o prédio de maior importância em todo o conjunto urbano tombado pelo IPHAN.

Chafariz São José: Feito pelos escravos a mando de seus senhores em meados de 1745, possui até hoje excelentes águas vindas do alto da serra. Ao longo dos séculos o Chafariz São José forneceu à cidade água cristalina e pura. Foi restaurado em 1994, encontrando-se bem conservado atualmente.

Praça João de Godói: Local onde foi erguida uma estátua em homenagem aos primeiros habitantes da região. É um lugar muito freqüentado pela população, por ser bem agradável e contar com o sombreamento das árvores, deixando o ambiente bem agradável.

coloniais, rede escolar, saúde pública, luz, não tinha o suficiente para ser uma cidade estruturada daquela época, pois estava sem espaço para o desenvolvimento. Isso foi um dos motivos que levaram à mudança da capital para Goiânia. No governo do Dr. Pedro Ludovico, as regiões de Goiás foram crescendo e se modernizando, podendo dizer que:

Em nenhuma parte do Brasil o progresso possui manifestações tão brilhantes, tão incisivas, quanto no Estado de Goiás. Para que esse fenômeno se operasse, um dos fatores mais vibrantes surgidos foi o advento da nova ordem de coisas ali instauradas desde outubro de 1930. Com o governo honesto e evoluído, calcado nas normas fundamentalmente democráticas, dando-se por inteiro ao serviço de desenvolvimento da terra, Goiás entrou decididamente numa era de paz e prosperidade. O Sr. Dr. Pedro Ludovico Teixeira, honrado e realizado Governador do Estado, inaugurou ali desde os tempos do regime discricionário um governo estruturalmente progressista, procurando intervir constantemente no sentido de estimular esforços e de acoroçar alternativas progressistas. Os resultados dessa administração da mais pura brasilidade são surpreendentes. Goiás avançou vertiginosamente, atingindo fronteiras maravilhosas de desenvolvimento (CHAUL, 2002:172).

Com tantos marcos de evolução após os anos 30, houve também a construção de Goiânia pelo Governador Pedro Ludovico, que assina o decreto 1.816, mudando definitivamente a capital de Goiás para Goiânia, em 03 de março de 1937, sendo considerada o marco da modernidade goiana. Após a “decadência” do ouro, Goiás foi buscando outros meios para continuar evoluindo, como é o caso de Pilar de Goiás, que ficou quase deserta após o esgotamento do ouro, mas conseguiu sobreviver com a agricultura e o gado. Hoje é uma cidade autônoma administrativamente, ligada a grandes centros por vias asfaltadas e mantém diversos casarios e prismas históricos, como: a Praça das Mães; as Igrejas: Nossa Senhora do Pilar - da qual o descobridor João de Godoy era devoto - e Nossa Senhora das Mercês; as fachadas da Rua Direita e Rua da Cadeia; o museu da cidade, denominado Casa da Princesa, dentre outros.

1.3 - Patrimônios Materiais em Pilar de Goiás.

Analisaremos alguns patrimônios que resistiram à força do tempo em Pilar de Goiás:

Igreja Nossa Senhora do Pilar: É um dos patrimônios mais visitados da cidade. Construída em 1755, a igreja matriz e pioneira veio à ruína em 1917, sendo reconstruída em 1921. Conserva sua pujança patrimonial, contendo três alteres da época do Brasil colonial. Sua importância está nos acervos barrocos, feitos em madeiramento onde conserva a riqueza artística e sacra. Todo ano é realizada no dia 08 de setembro a festa da padroeira da cidade, a mais importante das festas pilarenses. São feitas novenas, matinas, missas, bênção do

região abundante e que ao mesmo tempo não se tinha mais nada. Não devemos nos fixar somente na idéia de que Goiás se desenvolveu na fase aurífera e logo depois de um tempo veio a decair.

O ouro acabou porque não teve uma boa administração da Corte, ou seja, não teve um contato concreto com o mundo administrativo. Sendo assim, não podemos afirmar que Goiás ficou isolado na época que o ouro decaiu. As pessoas que vinham para a região na figura de rei, sentiam-se muito sozinhas e isoladas por não falarem a mesma língua, sendo incapazes muitas vezes de fazer alguma mudança na administração. Logo, passava isso para outras regiões, fazendo as pessoas verem Goiás como um Estado pobre, vazio e decadente. “Ele ficou tão isolado como antes fora, tão decadente como havia sido, pois o que podia chamar de desenvolvimento e/ou progresso não fazia parte da realidade de Goiás, mesmo na fase do bom aurífero” (CHAUL, 2002: 79).

Podemos dizer que Goiás passou por algumas fases: o “auge do ouro”, a “decadência”, a pecuária, a agricultura e depois a famosa modernidade após os anos 30, conduzida por Pedro Ludovico, que tinha por objetivo transformar o Estado em pólo de desenvolvimento e progresso. Goiás, em meio às exportações de produtos agrícolas como café, arroz, feijão, milho e cana-de-açúcar, “ganha” uma estrada de ferro que passa na região sul do Estado, dando um grande crescimento econômico a essa região. Nessa época, Goiás era governado pelos Caiados, onde eles próprios escolhiam seus representantes dentro dos cargos municipal e estadual. O sistema político deles era voltado somente para seus interesses, e quando se sentiam ameaçados pela oposição usavam a violência.

[...] os Caiados canalizavam para si os grandes proprietários da capital e do interior e neutralizavam as regiões novas, criando até 1930 um sistema político perfeitamente adaptado aos interesses do governo federal e das classes sociais que representavam o Estado. Controlando o aparelho de Estado, a oligarquia dos Caiados estabeleceu íntimas relações com o governo central, através do chamado “pacto oligárquico coronelístico” (CHAUL, 2002:167).

Ao passo em que as regiões sul e sudoeste do país iam crescendo a falta de interesse e de participação dos políticos ativos também crescia. Logo, essas regiões se distanciavam cada vez mais de sua capital Goiás, hoje Goiás Velho. Sendo assim, o distanciamento e a falta de interesse dos Caiados acordaram a oposição e até mesmo a imprensa, fazendo o interventor Pedro Ludovico Teixeira, médico e político das bases estabelecidas no sudoeste do Estado, tornar-se opositor dos Caiados.

Pedro Ludovico Teixeira tornou-se governador do Estado de 1935 a 1937, e seu projeto era caminhar à modernidade. A cidade de Goiás, apesar de tantas arquiteturas

para outras cidades, mas não para Pilar, que era distante das rotas comerciais e em lugar de difícil acesso, não tendo muita opção para frear a decadência. Raimundo Joaquim da Cunha Matos, famoso brigadeiro, escreveu em sua obra *Coreografia Histórica da Província de Minas Gerais*, relatando sua visita em Pilar de Goiás pelo ano de 1824:

Tem três ruas muito bem calçadas e quatro travessas, um abundante chafariz de excelente água que nasce mui perto da igreja principal; 246 casas, das quais algumas estão perfeitamente trabalhadas; quatro igrejas, três companhias de cavalaria miliciana, duas de infantaria dita, uma de Henrique e duas de ordenações. Este arraial vai caminhando para uma completa aniquilação; as suas famílias mais nobres acham-se quase extintas; e grandes propriedades de casas estão de todo abandonadas. A maior parte da gente desse arraial tem papeiras; os seus habitantes são lavradores e mineiros; as mulheres tecem muito algodão; de que há sessenta teares dentro do arraial; a montanha do Moquém é riquíssima em ouro, mas a falta de chuvas que se tem sofrido, desde o ano de 1819, ficou sem efeito o grande bica construído há dois anos por Francisco Corrêa da Assunção, capitão de cavalaria, comandante deste arraial. Do monte de Boa Vista tiraram imensas arrobas de ouro, e tal era a abundância deste metal que houve tempo em que estiveram empregados nas suas lavras além de 9.000 escravos; a escassez de numerário é aqui tão grande que todos os gêneros miúdos são comprados a troco de algodão fiado (MATOS apud CASTILHO, 2001:05).

Pilar nasceu rico com o ouro, com aproximadamente 246 casas, em 1824, e 3.899 habitantes aproximadamente, registrados no julgado e no senso de 1804. Um século e meio depois, em 1950, Pilar contava com cerca de 60 domicílios habitados por 274 pessoas. A localidade foi palco de invasões e contendas entre garimpeiros por questões ligadas à extração e ao comércio do ouro, onde foram ceifadas centenas de vidas pilarenses e outras. Sem contar com as inúmeras vítimas de desabamentos e aquelas que morreram asfixiadas dentro das próprias minas. Com o declínio da mineração, por longas décadas, aquele Arraial promissor, que detinha grandes extensões de terras em sua jurisdição, foi renegado ao abandono.

Após a “decadência” do ouro em Goiás, surgiu uma nova maneira de mover a economia do Estado. A agricultura e a pecuária foram surgindo com todas as dificuldades, por não haver estradas e por ficar em um local de difícil acesso. No “auge” do ouro, o pecuarista ou agricultor representava a classe pobre da sociedade, considerada inferior, mas que no século XIX passou a ter um papel fundamental para o surgimento de um novo Estado. Um solo cheio de matas rústicas, mas que foi decisivo no processo de redefinição econômica de Goiás.

É importante destacar que por mais que falemos de evolução e riqueza em Goiás na época do ouro, não há muitos escritos apontando grandes heranças dessa época: “A decadência documental pode ter nos ocultado tal dimensão de riqueza de Goiás, mas a face goiana mais concreta não expressa grandes heranças no tempo do ouro” (CHAUL, 2003: 78). Quando se fala em decadência do ouro ou decadência de Goiás, dá-se a entender que era uma

província de São Paulo. O arraial desenvolveu-se rapidamente devido ao grande potencial de ouro, chegando a ser considerado o terceiro mais povoado na época, com paulistas, portugueses e escravos.

Com o esgotamento das minas, Pilar ficou praticamente isolado, fato que ajudou a preservar suas construções. Hoje, Pilar apresenta intacta algumas obras do século XVIII criadas pela mão-de-obra escrava, como grandes casas, templos e ruas. É uma cidade com grande marco histórico, mas pouco preservada e valorizada, como se pode perceber pela pouca documentação encontrada sobre sua história. Elvin Mackay Dubugras descreve em seu livro *Notas sobre arquitetura do século XVIII, em Pilar de Goiás*, quando se trata do relato histórico diz que é “incompleto por não haver documentação mais ampla disponível” (1965: 09).

O ouro, como se percebe, proporcionou à Goiás um grande crescimento e avanço que não durou muito tempo. As minas foram se esgotando por vários motivos: baixo nível intelectual e técnico da colônia; os “mineiros” eram mais competentes nas técnicas de conduzir a água para os lugares em que a lavagem do ouro a tornava necessária etc. Quanto ao mais, a arte de explorar as minas não era entre eles mais do que uma rotina imperfeita e cega. Não tinham olhos para o futuro, entulhavam os vales com a terra das montanhas, cobriam com resíduos de lavagens terrenos que ainda não eram explorados, e também não possuíam uma boa administração. Preocupavam apenas em arrecadar o quinto, pouco importando com uma melhora nas técnicas de exploração. Segundo Nasr Fayad Chaul:

[...] o quinto acompanhava esse declínio. Ao que indica, o ano de 1778 é o marco da “abundância” – para alguns o marco é 1770 – e “princípio de decadência” do ouro goiano. [...] Para o governo, a culpa era da sonegação; para os mineiros, o declínio da mineração estava no esgotamento das jazidas. [...] Dentre os mais variados argumentos alegados para justificar a decadência, temos a precariedade das estradas, a falta de incentivos da Coroa para colocar em funcionamento os novos meios de comunicação e o constante ócio em que vivia o povo de Goiás. (2002: 36-41).

Com a “decadência” do ouro nas regiões de Goiás, em Pilar não foi diferente. O ouro entrou em declínio, pois era encontrado na superfície e perto dos cursos d’água, portanto de fácil extração, motivo que levou à sua escassez. Daí em diante somente com técnicas mais apuradas e em lugares onde havia necessidade de deslocar grande volume de água. Desta forma, a decadência do Arraial de Pilar foi certa. Os forasteiros, aventureiros e homens livres em busca da fortuna fácil, foram embora.

A economia goiana era basicamente sustentada pela mineração de ouro e pelo comércio tropeiro que vendia alimentos para os mineiros. A agricultura e o comércio foram soluções

Na realidade nada interessava se não o quinto: que fosse pago por bem ou a força; tudo mais não tinha importância. Os mineiros que se arrandassem lá como fossem possíveis; porque em caso contrario havia as derramas, os confiscos, as masmorras do limoeiro ou as deportações da a costa da África (2004:177).

A exploração das minas em Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais foram intensas, pois haviam lugares diferentes de se encontrar o ouro: nas rochas, nos cascalhos, em forma de aluviões e no leito dos rios conhecidos como veios. Nas margens o ouro era mais profundo, conhecidas como tabuleiros, e as encostas dos rios comumente chamadas de guapiaras. Mas todo esse ouro encontrado era explorado superficialmente. Apesar do grande número de escravos, não tinham ferramentas adequadas naquela época para exploração das minas e nem instruções de como explorá-las.

O trabalho era realizado com muito sofrimento, pois eram de difícil acesso esses locais. Não haviam estradas, com isso dificultava a chegada de alimentos e as condições do trabalho escravo eram desumanas, trabalhavam sem roupas adequadas, pés no chão, lugares frios e úmidos propícios a vários tipos de doenças como pneumonia, paralisia, convulsões e muitas outras, encurtando a vida dos escravos pelas péssimas condições que as minas ofereciam.

Dessa maneira, com o descobrimento dessas minas foram surgindo vários povoados ao redor da exploração do ouro, muitos de curta existência que desapareciam ao esgotar-se as lavras, outros sobreviviam à corrida inicial e firmavam-se os arraiais, que segundo Palacin: [...] no território goiano, e climaticamente exposta aos rigores de uma insolação concentrada, sem ventilação. Mas a urgência do momento não admite dilatações. Há ouro e água isto basta. Este será o critério com que irão surgindo os demais arraiais (1994: 27).

Eles não preocupavam se o lugar oferecia boas condições de vida, se era possível plantar, se era de fácil acesso para a chegada de alimentos, o que realmente importava era a existência do ouro, e não a condição humana para se viver. Muitos desses arraiais surgiram com a expedição de alguns escravos que eram maltratados e acabavam fugindo formando seus quilombos. Sobre o surgimento de arraiais com a participação de quilombos, temos o exemplo de Pilar de Goiás, uma cidade surgida no século XVIII por um grupo de escravos fujões, fazendo com que João Godói Pinto da Silveira saísse à procura deles, acabando por descobrir um quilombo de escravos que trabalhavam com lavras de ouro na antiga Cachoeira do Ogó.

O local era conhecido pelos índios como mata de Papuã, uma palavra da língua tupi que significa um capim marmelada, muito abundante na região naquela época, mas que posteriormente recebeu o nome de Arraial de Nossa Senhora do Pilar, dado por João Pinto de Godói da Silveira, capitão da cavalaria por patente de Don Luiz Mascarenhas, governador da

desbravadores para ocupar esses novos territórios, recebendo o nome de bandeirantes. Nesses territórios houveram expedições que “descobriram” algumas regiões de jazidas de ouro, entre elas, destacamos o descobrimento de Goiás, ocupado pelos índios Goyazes, que despertou a atenção de várias bandeiras como a de Bartolomeu Bueno da Silva, “o Anhanguera”, que estava à procura de ouro nesse território. Sua bandeira era composta por índios, muitas vezes levados por conhecerem ervas que podiam curar doenças e até mesmo picadas de alguns animais que o homem branco não conhecia. Também era composta por escravos mulatos e até por padres. Como cita Palacin:

Que a bandeira, segundo o depoimento de Braga, constava de 30 cavalos, dois religiosos bentos, Dr. Antonio da Conceição e frei Luiz de Sant’Ana, um franciscano, frei Cosme de Santo André e 152 armas, entre as quais iam também 20 índios, que o Sr. Rodrigo César, general que então era de São Paulo, deu ao cabo Bartolomeu Bueno, para condução das cargas e o necessário. Dos brancos, quase todos eram filhos de Portugal, um da Bahia, e cinco ou seis paulistas, com seus índios e negros todos à sua custa. (PALACIN, 2001:21).

Logo, Goiás tem como ponto de partida o final do século XVII e início do século XVIII com a descoberta das minas de ouro e sua exploração, iniciada com a chegada desses bandeirantes em 1727, vindos de São Paulo. Goiás já era conhecido desde o primeiro século da colonização do Brasil, mas só foi realmente povoado depois do descobrimento das grandes minas de ouro, com a finalidade de explorar e enviar o produto da exploração para a Coroa portuguesa. Entretanto, esses rendimentos estavam longe de satisfazer a vontade real. O rei queria a quinta parte de todo ouro que fosse encontrado, mas não era fácil fazer a cobrança, pois os mineradores encontravam muitas maneiras de esconder o ouro e vendê-lo sem entregar a parte do rei. Então foi criada a Casa de Fundição, na qual deveria ser entregue todo ouro que fosse encontrado:

A lei de três de dezembro de 1750, que abolia a capacitação, foi publicada em Goiás a 11 de abril de 1751, e entrou em vigor a partir de janeiro de 1752. Para a aplicação do quinto, era indispensável a construção de uma casa de fundição. A lei previa a abertura de uma casa de fundição para Goiás, entre as sete que instituía para o Brasil, delas quatro em Minas. (PALACIN: 69).

Nessas casas, o ouro era fundido e transformado em barras marcadas com o selo real, sendo depois devolvido ao seu proprietário, sem a quinta parte, que ia para o rei. Quem fosse descoberto com ouro que não tivesse a forma de barra e o selo real seria punido, sendo exportado para colônia portuguesa da África ou perdendo todos os seus bens. Segundo Caio Prado Junior:

na exploração do pau-brasil, que em troca recebiam produtos de pouco valor, como: colares, roupas, pentes, espelhos, facas, serras e machados. Porém, na medida em que aumentavam os interesses dos europeus por essa madeira, o trabalho indígena tornou-se fundamental e os colonizadores passaram a obrigar os índios a realizá-lo.

A notícia da existência do pau-brasil se espalhou por toda Europa. Com isso, vários povos europeus como franceses e holandeses vieram para explorar esta madeira, que, logo de imediato, os colonizadores portugueses que ocupavam a imensa área do nosso país, decidiram fiscalizar a exploração do pau-brasil e começaram a dedicar-se ao cultivo da cana-de-açúcar, que foi marcada pela monocultura, resultando em grande lucro para a metrópole portuguesa. No início eles tentaram utilizar mão-de-obra escrava indígena, mas não conseguiram por muito tempo pelo fato de os índios não se adaptarem ao trabalho escravo, causando a morte de muitos deles. Vendo isso, a metrópole portuguesa decidiu dar início às atividades do tráfico negreiro, trazendo mão-de-obra escrava “negra”, da África, para o trabalho nos engenhos, que iam desde o preparo da terra e o plantio, até no ponto do açúcar.

Conforme afirma o Padre Antonil, que viveu no Brasil no século XVIII: “os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles não é possível fazer, conservar as fazendas e nem ter engenhos”. A mão-de-obra africana foi empregada em outros tipos de serviços. Na exploração da mineração, atividade que se desenvolveu a partir do século XVII, onde hoje se encontram os estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso, o trabalho escravo foi o responsável por toda a exploração mineral das regiões. Podemos perceber o emprego do trabalho escravo, indígena e africano, nessa citação:

Virá o branco europeu especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Como tal elemento, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira” (PRADO JR, 2004: 32).

O século XVIII, desde o início foi marcado pelas explorações das riquezas minerais das jazidas de ouro, ouro esse que era de imediato exportado, assim como destaca Caio Prado Junior [...] “a causa principal por que apesar da riqueza relativamente avultada que produziu drenada, aliás, toda para fora do país, deixou poucos vestígios a não ser a prodigiosa destruição de recursos naturais” (2004: 171).

E assim foram povoando o nosso Brasil. Um território avantajado, de solo fértil, matas abundantes, cheio de riquezas naturais, porém, de difícil acesso, sendo necessário alguns

lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado dizíamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBAWACHS 2006: 69).

A memória é marcada por acontecimentos que muitas vezes podem ser passados ao longo dos séculos com altíssimo grau de compreensão: o passado está guardado e solidificado nas ruas, igrejas, casarões, datas e fatos em diversos lugares do nosso país, no qual, muitos desses lugares, passaram por marcos tão grandiosos e fortes em épocas passadas que hoje fazem parte de nossa memória como algo bem próximo.

1.2 - Pilar de Goiás e o Brasil Colonial

Destacar o sentido da colonização brasileira, já se encontra o essencial do que precisamos para compreender e explicar a economia da colônia. Aquele sentido é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu gêneros tropicais ou minerais de grande importância como: o açúcar, o algodão, o ouro (PRADO JR, 2004:119). É importante lembrar que a colonização do Brasil foi um processo diferente do que estava acontecendo em outros países, pois quando falavam em “colonização”, ainda era entendida como estabelecimento de feitorias comerciais. Os italianos, por exemplo, vinham de longa data praticando-a no Mediterrâneo; os holandeses e outros povos colonizadores no Extremo-Norte da Europa; e também os portugueses, na África e na Índia.

Aqui a situação foi oposta, um território primitivo habitado pela população indígena que não tinha a capacidade de fornecer coisas aproveitáveis. De acordo com os interesses da colônia, a ocupação não podia ser feita como nas simples fronteiras, com o pessoal interessado apenas nos negócios. Era preciso ampliar as bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as fronteiras que iam sendo fundadas e organizar a produção dos gêneros que interessavam ao seu comércio. Logo, a idéia de povoar surge daí. (PRADO JR, 2004). Esse povoamento, da chegada de Pedro Álvares de Cabral até 1822, foi marcado por exploração e exportação. No primeiro momento foi o pau-brasil, que contava com a colaboração dos índios em troca de utensílios. Logo após veio o processo de colonização com a cana-de-açúcar, onde boa parte da produção era levada para a metrópole portuguesa. Sendo assim, no século XVIII, as grandes riquezas da América portuguesa eram o açúcar e o pau-brasil, que representavam grandes lucros com pequenas despesas. A colonização do Brasil foi marcada pela mão-de-obra escrava desde seu início. Primeiramente pelas mãos dos indígenas

consequentemente, preservados. “Considerar a preservação do patrimônio histórico como uma questão de cidadania implica reconhecer que, como cidadãos, temos o direito à memória, mas também o dever de contribuir para manutenção desse rico e valioso acervo cultural de nosso país” (ORÍÁ, 2001:140).

Os patrimônios são “mudos e imóveis”, mas nos chamam a atenção. Não é como um móvel de nossa casa que fica velho e queremos trocar por outro, mas sim, como um móvel que quanto mais tempo passa, mais se tem sentido, sendo facilmente decifrado, ou seja, se torna algo familiarizado. No entanto, nesses últimos anos a história tem se preocupado muito com a preservação dos patrimônios, que para alguns são entendidos como um conjunto de bens, onde incluem documentos, relíquias, materiais antigos ou ainda um conjunto de obras passadas, tombadas pelo Poder Público ou pelo respectivo Estado. Assim, segundo Ricardo Oriá: “A preservação do patrimônio histórico é vista hoje, propriamente como uma questão de cidadania e, como tal, interessa a todos por se constituir em direito fundamental do cidadão e esteio para a construção da identidade cultural” (2001:137).

Valorizar esses bens existentes que fazem parte da história pode ajudar-nos a compreender realmente quem somos. Mas, para se ter a valorização desses patrimônios históricos, tem que haver o interesse da população com a preservação de sua memória. A partir do momento em que a população não se interessa por sua identidade, ou seja, por sua origem e pelo significado desse passado, a preservação dessas riquezas fica em segundo plano.

[...] em grande parte, as constantes depredações e violações ao patrimônio histórico é por parte da própria população. Ela não se vê nos ícones, símbolos e monumentos que foram preservados por uma ação estatal, não se identifica com um passado remoto e com uma memória que não lhe diz respeito. Em outras palavras: ela não se sente co-responsável pela preservação de seus bens culturais, na medida em que ela mesma não foi consultada acerca do que deve ser preservado ou não (ORÍÁ, 2001:138).

É importante salientar que os patrimônios referem-se a bens que devem ter valor significativo para a sociedade, por isso a importância de serem preservados. Quando não se tem o interesse de preservar a memória, seja ela coletiva ou individual, não se pode exigir de uma sociedade a conservação da história local. Logo, existe a necessidade da valorização da memória patrimonial que é um fator importante para a reconstrução de uma história individual ou de um grupo. No entanto, Maurice Halbwachs nos ajuda a compreender melhor o que é memória coletiva e individual descrevendo:

[...] a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas; são os indivíduos enquanto se lembram, enquanto integrantes do grupo. Dessa massa de

acontecimentos. Quando se encontram para compartilharem das mesmas experiências, um ou outro não se lembrará de alguns fatos, por isso é importante compartilhar o que está gravado na memória. As pessoas que vivem nas cidades históricas, por exemplo, precisam saber o que aconteceu em sua cidade, qual foi o marco para que ela se tornasse um lugar histórico. Têm que estar bem fixado em suas memórias para que não percam o sentido de preservá-las e o interesse de compartilhar aquilo que foi e é tão importante para a construção de sua identidade.

Logo, com essa diversidade de pensamentos em preservar ou não preservar a memória, para alguns representa orgulho, para outros, simplesmente um atraso. Muitos acontecimentos marcam a memória de uma população em geral, mas também não deixam de estar entrelaçados no tempo, hora, data e lugar. Estes acontecimentos atingem a todos, mas muitas vezes não temos as informações por completo, que são chegadas a nós como alguns querem e não como, de fato, devem ser transmitidas. Todos os grupos e comunidades têm suas próprias memórias e representações, que muitas vezes estão tão ligadas ao passado que praticam tradições e gestos antigos, ou seja, valorizam a memória coletiva.

Não esqueçamos de voltar um pouco ao passado, antigamente os meios de comunicação eram escassos e de difícil acesso, não existiam televisões nem jornais como hoje. As pessoas viajavam dias e dias para que as notícias se circulassem, isto fazia com que os acontecimentos ficassem no limite de suas regiões, porém, não ficavam sem suas histórias, suas origens. E isso é o que realmente importa. A história está ligada ao passado até certo ponto, pois ela atinge o presente, evitando que as pessoas percam suas referências e identidade. Logo, sem a memória não seria possível existir uma relação entre passado, presente e futuro.

O lembrar é uma atividade mental que não exercitamos com frequência por que é desgastante ou embaraçosa. Mas é uma atividade salutar. Na rememoração reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade, não bastante muitos anos transcorridos, os mil fatos vividos [...] Se o futuro se abre para a imaginação, mas não nos pertence mais, o mundo passado é aquele no qual, recorrendo às nossas lembranças, podemos buscar refúgio dentro de nós mesmos, debruçarem-nos sobre nós mesmos e nele construir a nossa identidade (BOBBIO apud DELGADO, 2003:16).

Os patrimônios materiais existentes fazem parte de nossas vidas, levando-nos a recordar os costumes e as antigas distinções sociais. As peças antigas às vezes nos causam curiosidades como: qual contexto foi criado, para que servia e a quem pertencia? E assim por diante. Essas curiosidades ajudam-nos a preservar esses patrimônios, pois quanto mais nos interessarmos por nossos tesouros históricos mais eles serão divulgados, reconhecidos e,

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), como prevalece até os dias atuais. Muitos patrimônios materiais são preservados como bens valiosos, porém, para algumas pessoas o que passou já não importa, é apenas algo que ficou para trás. O passado está ligado ao presente e o tempo não dá tréguas. A correria de nossas vidas já explica isso. Apesar de muitas vezes darmos “tempo ao tempo”, há momentos onde a paciência se esgota, aí, queremos que ele se adapte às diversas situações que nós vivemos. Dessa maneira:

O tempo só é real na medida em que tem um conteúdo, ou seja, na medida em que oferece ao pensamento uma matéria de acontecimentos. Ele é limitado e relativo, mas tem uma realidade plena. É bastante amplo para oferecer às consciências individuais um contexto de respaldo suficiente para que estas possam nele dispor e reencontrar suas lembranças (HALBWACHS, 2006:156).

O tempo não fica perdido graças à nossa memória. A memória nos ajuda a compreender o que passou e a dar suporte para encontrar nossos valores, culturas, representações, modos de vida, enfim, um monte de “problemas” que só o tempo pode responder, e para serem respondidos e compreendidos, se não tiver a memória torna-se impossível. O tempo é vivido por cada pessoa. Às vezes somos “obrigados” a viver num tempo que não nos interessa mais. É considerado como algo ultrapassado e que não permite uma total relação com o presente.

Muitas pessoas, por exemplo, vivem em cidades tombadas como patrimônio histórico e não pode se ter uma relação direta com o mundo moderno, pois às vezes têm que morar em casas antigas, ruas estreitas e ainda conformar com visitas constantes, não podendo derrubar e construir algo mais moderno. Isso e muitas outras coisas podem ser para alguns vistas como um atraso, surgindo o desejo de se desligar desse passado tão remoto.

O tempo é seguido de várias formas. Ele é cronometrado. Cada segundo nas nossas vidas é valioso e tem que ser aproveitado para que se tenha sentido e fique marcado em nossas lembranças. No trabalho temos hora de chegar e sair, não podemos fazer diferente, não podemos criar nosso próprio tempo, precisamos de regras para seguir. Não posso trabalhar aos domingos se os dias de trabalho não são esses. Logo, o tempo, como diz Lucília Delgado: “É um movimento de múltiplas faces características, ritmos, que inseridos à vida humana implica em durações, rupturas, convenções coletivas, simultaneidades, continuidades, descontinuidades e sensações (a demora, a lentidão e a rapidez)”(2003:10).

É importante lembrar que cada momento vivido é gravado na memória, e pode ser diferente em cada pessoa, mesmo que estas estejam nos mesmos lugares, vivendo mesmos

1.1 - Memória e Patrimônios Materiais de Pilar de Goiás.

Reilla Gonçalves Moreira

Danila Luiza da Rocha

Resumo

Essa pesquisa analisou a importância dos patrimônios históricos de Pilar de Goiás que foram construídos no século XVIII, como: casarões, igrejas, cadeia, sinos, praças, destacando a escravidão e a importância dos quilombos para o surgimento dos arraiais. Analisamos também como foi o surgimento da cidade de Pilar de Goiás, fazendo um breve relato da história do Brasil, sobretudo do nosso Estado. Foram observados os vestígios deixados na história de Pilar, revelando o quanto se tem para valorizar e assim chamar a atenção dos turistas como também da própria população, salientando sobre a importância de se preservar a história do surgimento da cidade e do seu passado. O fato é que, para se ter a preservação do patrimônio, tem que haver uma valorização da memória local.

Palavras-chave: Pilar de Goiás, Memória, Patrimônio.

As palavras patrimônio e memória são termos recentes para nós, pois somos um povo considerado “sem memória”, que com o passar do tempo vem sendo criticado. Tais críticas fizeram as pessoas pensarem mais sobre suas origens, fazendo surgir na sua memória, um sentido de identidade à nossa nação. Até então, memória e patrimônio eram temas estudados por arquitetos, não chamavam a atenção dos historiadores, e, quando chamavam, era para os grandes casarões, prédios públicos, igrejas e não para as senzalas, a vida dos escravos, ou seja, a preservação era restrita somente em boas lembranças, não imaginavam que a história é construída por suas memórias, visões, representações e acontecimentos. Até naquele momento não se tinha uma relação entre memória e patrimônio. Ricardo Oriá nos diz que:

A temática da memória e de sua materialização através dos bens consubstanciados no patrimônio histórico é recente no âmbito da historiografia brasileira, bem como na produção acadêmica oriunda dos cursos de pós-graduação em história existentes no país, e praticamente ausente no processo ensino aprendizagem em diferentes níveis escolares (ORÍÁ, 2001: 129).

Com o desenvolvimento e o interesse de se preservar os patrimônios materiais, houve a necessidade de criar um Instituto, que no primeiro momento recebeu o nome de SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que depois passou a se chamar

SUMÁRIO

1.1- Memória e Patrimônios Materiais em Pilar de Goiás.....	07
1.2- Pilar de Goiás e o Brasil Colônia.....	11
1.3- Patrimônios Materiais em Pilar de Goiás.....	18
1.4- Considerações Finais.....	20
4.5- Referencias Bibliográficas.....	21

EPÍGRAFE

Não existirá um porvir verdadeiro para a humanidade e não existirá um verdadeiro progresso, se o futuro não estiver um coração antigo, isto é, se o futuro não se basear na memória do passado. Carmelo Distante (1998).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao nosso Deus, a todos os professores que direta ou indiretamente nos ajudaram na produção deste artigo e a FACER que nos apoiou desde o início para não desistirmos de nossa jornada.

Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus, depois aos nossos pais que sempre nos incentivaram a estudar e aos professores Rafael da Costa Campos e Dernival Venâncio Ramos Júnior que nos ajudou muito na produção deste artigo.

Reilla Gonçalves Moreira
Danila Luiza da Rocha.



Memória e Patrimônio Material em Pilar de Goiás.

Trabalho apresentado ao curso de História da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História.
Orientador: Prof. MS. Rafael da Costa Campos

36027

Tombo n°	18464
Classif.:	
Ex.:	1.
Origem:	da
Data:	03-04-12

Rubiataba, 2009.

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA.
CURSO DE HISTÓRIA.

Memória e Patrimônio Material em Pilar de Goiás.

Reilla Gonçalves Moreira

Danila Luiza da Rocha

Orientador: Prof. MS. Rafael da Costa Campos

Rubiataba, 2009.